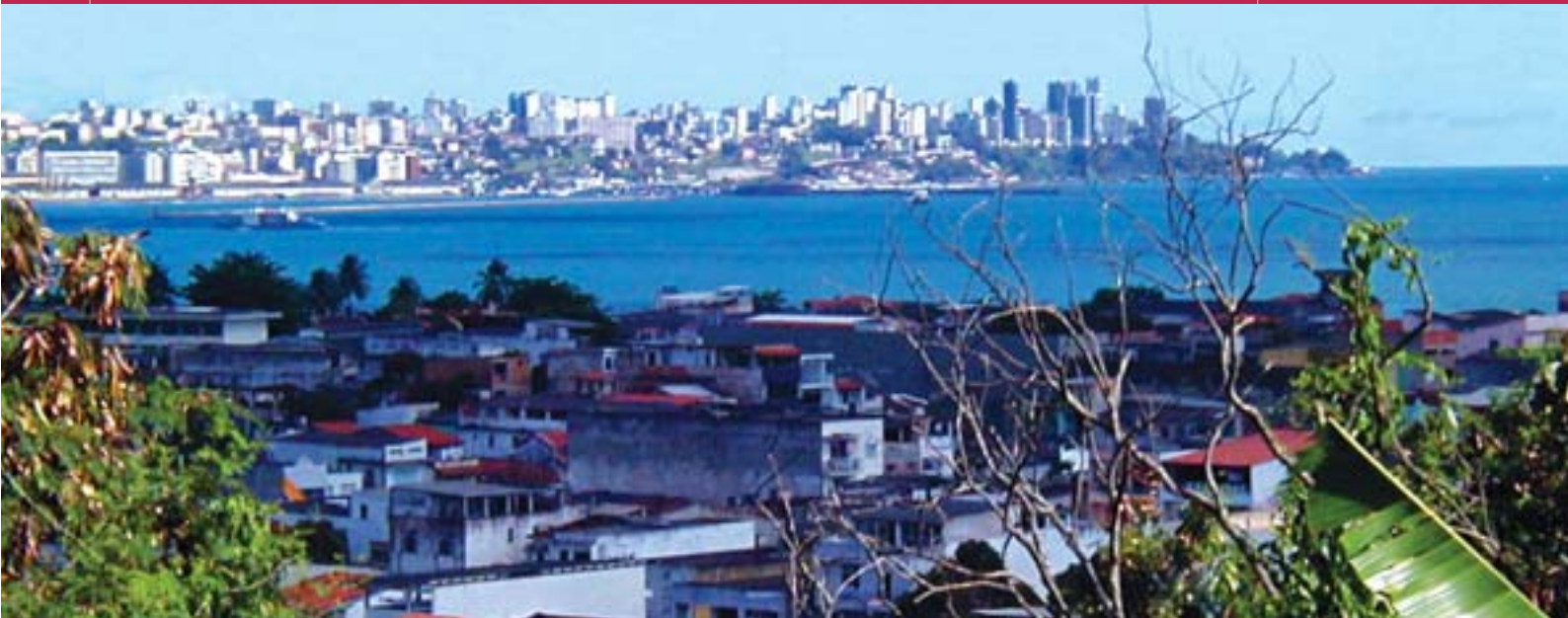


# **Gestão das Finanças Públicas**



**Gestão Solidária e  
Governo Competente**

sefaz.ba : secretaria da fazenda do estado da bahia - Microsoft Internet Explorer

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda

Endereço: http://www.sefaz.ba.gov.br

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PERGUNTAS E RESPOSTAS NÍVEIS PARA DOWNLOAD PROGRAMA PARA COMPLIING

Sefaz 100% Internet  
Fácil como um clique

sefaz.ba  
SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA

ESCOLHA O CANAL ->  
PÁGINA INICIAL

INSPEÇÃO ELETRÔNICA FINANÇAS PÚBLICAS LEGISLAÇÃO E CONTABILIDADE EMPREGOS PÚBLICOS INSTITUCIONAL NÍVEL DO DTE

INSPEÇÃO ELETRÔNICA

INSCRIÇÃO

ATENDIMENTO

TEMPO DE ESPERA

CIRCUNSCRIÇÃO FISCAL

PALE CONHEÇO

CALL CENTER

PLATAFORMA FISCAL

DENÚNCIA FISCAL

SEMPRE

SEFAP NLT

BAHIA.GOV

aplicativos ECF > confira novas informações

Nota Fiscal Eletrônica

AV. LUIZ VIANA FILHO, 22 RIVERLON N1 200 - CEP 41150-100, SNE, SALVADOR/BAHIA  
PALE CONHEÇO CALL CENTER 0800 71 0071

sefaz.ba : secretaria da fazenda do estado da bahia

Internet

## ► **GESTÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS**

### **FINANÇAS PÚBLICAS**

O Governo do Estado, através da Secretaria da Fazenda – SEFAZ, tem atuado nos últimos anos de forma a garantir o incremento das receitas estaduais, a manutenção do equilíbrio fiscal e a melhoria da qualidade do gasto público. Os resultados do último quadriênio garantiram ao Estado da Bahia a posição de sexta maior arrecadação do país, assim como a constante participação do Estado no volume total do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços - ICMS da região Nordeste e do Brasil, conforme observado na Tabela 1.

### **Composição das Receitas Públicas**

Com uma receita total de R\$ 16,6 bilhões e já tendo realizado até setembro o montante de R\$ 11,3 bilhões, correspondente a 68,2% do valor orçado para o exercício, o Governo do Estado deverá fechar o ano de 2006 com um resultado 15% maior do que o ano anterior e 52,1% em relação a 2003, como apresentado na Tabela 2.

Convém ressaltar que os números aqui apresentados, relativos à execução orçamentária das Receitas e Despesas, são valores preliminares, obtidos no sistema de contabilidade do Estado da Bahia, referentes ao período de janeiro a setembro de

**TABELA 1** **ARRECADAÇÃO DO ICMS**  
**BAHIA, 2003 – 2006**

PARTICIPAÇÃO	(EM %)			
	2003	2004	2005	2006*
Bahia x Brasil	4,9	5,2	5,1	5,0
Bahia x Nordeste	34,4	35,4	34,5	32,9

Fonte: Ministério da Fazenda/Cotepe

\*No ano de 2006 foi considerada a arrecadação do período de janeiro a setembro

**TABELA 2** **BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA RECEITA**  
**BAHIA, 2003-2006**

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA 2006	REALIZADO (Em R\$ 1.000,00)			REALIZADO % 2006	VARIÇÃO 2003-2006	
		2006*	2005	2004			2003
<b>Receitas Correntes</b>	<b>15.649.293</b>	<b>11.004.763</b>	<b>13.918.446</b>	<b>12.522.783</b>	<b>10.385.147</b>	<b>70,3</b>	<b>50,7</b>
Receita Tributária	8.810.782	6.251.043	7.649.955	7.259.580	6.263.074	70,9	40,7
ICMS	8.075.063	5.568.065	6.877.127	6.625.528	5.712.367	69,0	41,4
Outras Tributárias	735.719	682.978	772.828	634.052	550.707	92,8	33,6
Receita de Contribuições	1.603.995	1.238.492	1.499.138	1.080.803	1.087.971	77,2	47,4
Receita Patrimonial	130.150	138.321	176.929	146.441	194.728	106,3	(33,2)
Receita Agropecuária	1.635	9	21	7	0	0,6	-
Receita Industrial	100	0	0	0	0	0,0	-
Receita de Serviços	90.557	46.929	57.336	725.890	142.670	51,8	(36,5)
Transferências Correntes	5.522.467	3.697.777	4.796.591	3.351.412	3.081.922	67,0	79,2
FPE	3.231.939	2.322.785	2.814.825	2.249.069	0	71,9	-
Outras Transferências	2.290.528	1.374.992	1.981.766	1.102.343	0	60,0	-
Outras Receitas Correntes	906.668	618.565	955.881	1.061.422	584.652	68,2	55,1
Conta Retificadora	(1.417.061)	(986.373)	(1.217.405)	(1.102.772)	(969.869)	69,6	46,1

Continua

Conclusão | Tabela 2

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA 2006	REALIZADO (Em R\$ 1.000,00)				REALIZADO % 2006	VARIÇÃO 2003-2006
		2006*	2005	2004	2003		
<b>Receitas de Capital</b>	<b>951.174</b>	<b>309.968</b>	<b>528.547</b>	<b>525.864</b>	<b>528.770</b>	<b>32,6</b>	<b>79,9</b>
Operações de Crédito	698.573	259.566	253.844	314.140	420.429	37,2	66,2
Operações de Crédito Internas	383.402	78.306	134.153	79.118	79.231	20,4	383,9
Operações de Crédito Externas	315.171	181.260	119.691	235.022	341.198	57,5	(7,6)
Alienação de Bens	41.196	10.048	245.447	40.149	4.846	24,4	750,1
Amortização de Empréstimos	5.132	1.827	2.712	2.490	2.619	35,6	96,0
Transferências de Capital	203.033	38.527	26.536	169.081	100.670	19,0	101,7
Outras Receitas de Capital	3.240	0	8	4	206	0,0	1.470,9
<b>TOTAL</b>	<b>16.600.467</b>	<b>11.314.731</b>	<b>14.446.993</b>	<b>13.048.647</b>	<b>10.913.917</b>	<b>68,2</b>	<b>52,1</b>

Fonte: SEFAZ/Sicof/SAF/Copaf

\* Dados até setembro/2006

Obs.: Os valores realizados em 2006 compreendem o período de janeiro a setembro.

A coluna "REALIZADO% 2006" compara a Receita Realizada com a previsão orçamentária

A coluna "VARIÇÃO% 2003 - 2006" considera para o ano de 2006 a previsão orçamentária.

2006. Os valores relativos a todo o exercício de 2006 só estarão disponíveis em janeiro de 2007. Não obstante, os números preliminares oferecem dados importantes para a análise do desempenho do Governo do Estado no que diz respeito à gestão das finanças públicas.

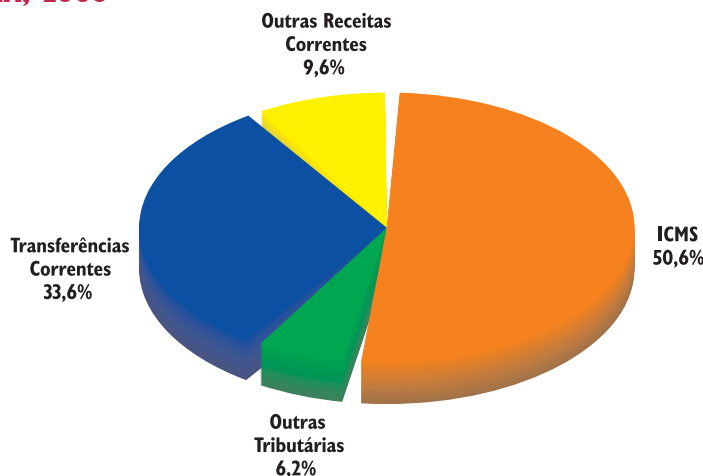
Do total das receitas do Estado, no período de janeiro a setembro de 2006, nada menos que 97,3% estão representadas por receitas correntes e 2,7% correspondem a receitas de capital. As receitas correntes são formadas basicamente pelos impostos arrecadados pelo Estado e pelas transferências constitucionais.

Parcela mais significativa das receitas correntes, as receitas tributárias representam 56,8% daquelas

e totalizaram R\$ 6,3 bilhões até o mês de setembro, sendo que a arrecadação do ICMS representou 50,6% do total das receitas correntes no ano de 2006, como demonstrado no Gráfico 1.

A arrecadação do **ICMS** representa o mais significativo componente das receitas correntes. No período de janeiro a setembro de 2006 já haviam sido realizados 69% do valor orçado para o ano, da ordem de R\$ 8,1 bilhões. Este valor significa um crescimento nominal de 17,4% em relação ao valor arrecadado em 2005, sendo que em comparação com o arrecadado no ano de 2003 este percentual atinge 41,4%, conforme Gráfico 2.

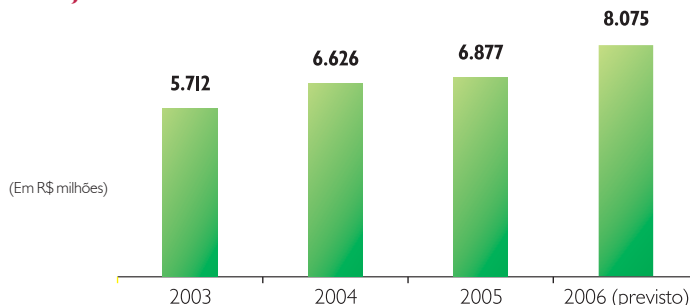
## GRÁFICO 1

COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES  
BAHIA, 2006

Fonte: SEFAZ/SAF/Copaf

**GRÁFICO 2**

**EVOLUÇÃO DO ICMS – VALORES NOMINAIS  
BAHIA, 2003-2006**



Fonte: SEFAZ/SAF/Copaf

O ICMS incide sobre operações realizadas por empresas que atuam em diversos segmentos econômicos, cuja participação percentual na arrecadação total deste imposto pode ser observada no Gráfico 3.

O setor indústria, com participação de 47,7% na arrecadação do ICMS, contribuiu com grande peso no bom desempenho registrado nesta receita, apresentando um crescimento nominal de 8,8% no período acumulado até outubro de 2006, em relação a igual período do ano anterior. Dentro do setor indústria se destaca o segmento petróleo que, participando com 66% da arrecadação do setor, cresceu em termos nominais 8,6% em relação a igual período de 2005.

O setor comércio apresentou um crescimento nominal de 8,1% no período analisado, tendo sido importante para este resultado o percentual registrado pelo segmento atacadista, da ordem de

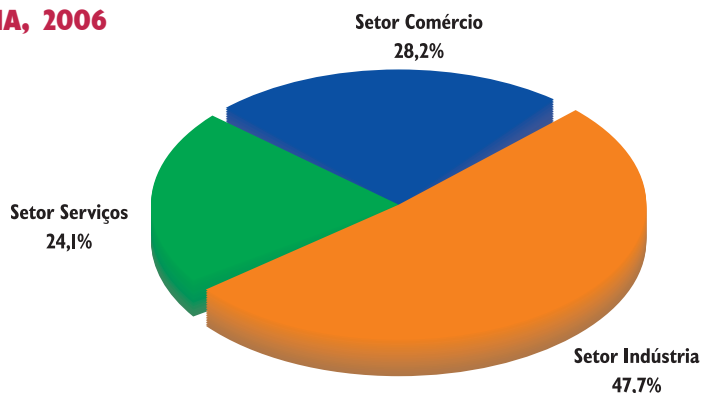
11,7%. Este segmento tem um peso percentual de 51% no setor comércio.

No setor serviços o crescimento da arrecadação do ICMS, no mesmo período, atingiu expressivos 15,2%. O segmento utilidade pública, responsável por 88% do setor, cresceu 14,9%.

Outro fator de importância na análise do crescimento do ICMS foi o desempenho positivo do PIB baiano que, nos últimos anos, apresentou taxas de crescimento real superiores às do PIB nacional. Esse desempenho é resultado direto da política de atração de investimentos realizada pelo Governo do Estado para o incremento do turismo e das cadeias produtivas da economia baiana. O cenário econômico no Estado tem sido também influenciado de forma positiva pelo equilíbrio nas contas públicas, o que, em última instância, possibilitou um aporte maior de recursos para investimentos.

**GRÁFICO 3**

**ICMS – ARRECADAÇÃO POR SEGMENTO ECONÔMICO  
BAHIA, 2006**



Fonte: SEFAZ

Analisando o **Fundo de Participação dos Estados – FPE**, principal item das transferências correntes, observa-se o crescimento nominal de 14,8% em relação a 2005. Esse desempenho deve-se, sobretudo, ao também elevado aumento da arrecadação tributária da União. Apesar do crescimento do FPE, deve-se destacar, no entanto, que os repasses federais referentes à compensação financeira dos Estados pela desoneração do ICMS nas exportações amparados pela Lei Kandir e Auxílio Exportação foram reduzidos sobremaneira pelo Governo Federal. Em 2006, até o mês de setembro, dos R\$ 173 milhões orçados para 2006, foram repassados ao Estado da Bahia apenas R\$ 54 milhões, equivalendo a aproximadamente 31% do montante previsto para o período. O Gráfico 4 apresenta a evolução do FPE no período 2003-2006.

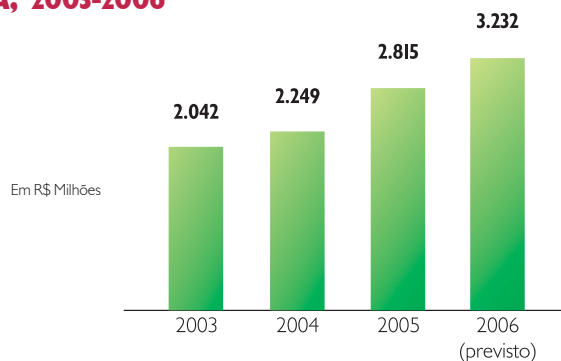
As receitas de capital totalizaram R\$ 310 milhões até

setembro de 2006. Desse total, as operações de crédito participaram com 83,7%, sendo R\$ 181 milhões de recursos externos destinados a programas nas áreas de educação, saúde, infra-estrutura e redução da pobreza rural, e R\$ 78 milhões de recursos internos destinados a investimentos nas áreas de turismo, habitação, segurança pública e modernização do Estado. A composição das receitas de capital no ano de 2006 encontra-se detalhada no Gráfico 5.

**A Receita Corrente Líquida – RCL**, que é a base para apuração dos limites das despesas para fins de atendimento da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, registrou elevado crescimento ao longo dos últimos quatro anos, o que evidencia a determinação do Governo do Estado em manter a arrecadação em níveis crescentes. Até o final de 2006, as estimativas apontam para um crescimento da ordem de 13,3% da RCL com relação a 2005, bem similar ao observado no ano anterior, que foi 13,8%, como apresentado no Gráfico 6.

GRÁFICO 4

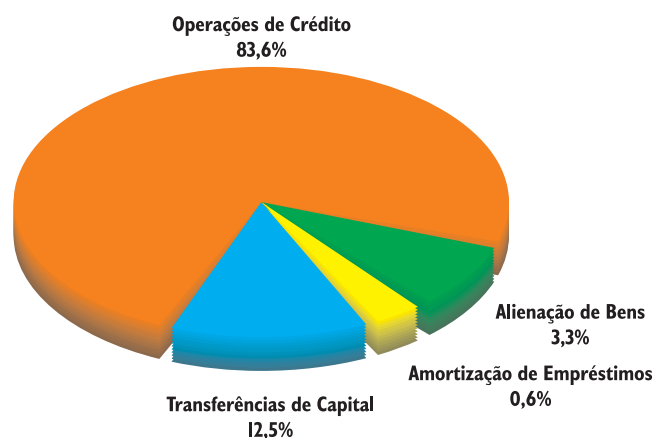
#### EVOLUÇÃO DO FPE – VALORES NOMINAIS BAHIA, 2003-2006



Fonte: SEFAZ/SAF/Copaf

GRÁFICO 5

#### COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS DE CAPITAL BAHIA, 2006



Fonte: SEFAZ/SAF/Copaf



**GRÁFICO 6**

**EVOLUÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
BAHIA, 2003-2006**



Fonte: SEFAZ/SAF/Copaf

**Controle da Despesa**

A despesa total do Estado da Bahia prevista para o ano de 2006 é de R\$ 16,6 bilhões. Em relação a 2005, este montante representa um crescimento nominal de 15,7%. É importante destacar que no último quadriênio o crescimento da receita total superou em 3,6% o da despesa realizada. As despesas correntes totalizam R\$ 13,8 bilhões e as despesas de capital R\$ 2,8 bilhões. O balanço orçamentário da despesa é apresentado na Tabela 3.

As medidas adotadas ao longo dos últimos anos, com o objetivo de assegurar a qualidade do gasto público, através da automação de processos, implantação de sistemas gerenciais e um amplo programa de desenvolvimento e capacitação de pessoal voltado para a área financeira do Estado, possibilitaram à Bahia o acompanhamento mais eficaz das despesas com custeio, destinadas à manutenção da máquina governamental. Além do custeio, estão englobadas como despesas correntes, as

**TABELA 3**

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA DESPESA  
BAHIA, 2003-2006**

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA 2006	REALIZADO (Em R\$ 1.000,00)			REALIZADO % 2006	VARIÇÃO 2003-2006	
		2006*	2005	2004			2003
<b>Despesas Correntes</b>	<b>13.778.978</b>	<b>9.488.323</b>	<b>12.385.059</b>	<b>11.121.604</b>	<b>9.305.827</b>	<b>68,9</b>	<b>48,1</b>
Pessoal e Encargos Sociais	7.035.491	5.069.820	6.300.491	5.649.069	4.887.644	72,1	43,9
Juros e Encargos da Dívida	778.882	408.425	598.150	568.712	624.281	52,4	24,8
Outras Despesas Correntes	5.964.605	4.010.078	5.486.418	4.903.823	3.793.902	67,2	57,2
Transf. Const. aos Municípios	2.331.535	1.674.003	2.090.197	1.894.368	1.527.826	71,8	52,6
Outras Despesas Correntes	3.633.070	2.336.075	3.396.221	3.009.455	2.266.076	64,3	60,3
<b>Despesas de Capital</b>	<b>2.803.797</b>	<b>1.522.322</b>	<b>1.963.084</b>	<b>1.840.283</b>	<b>1.873.109</b>	<b>54,3</b>	<b>49,7</b>
Investimentos	1.700.024	663.690	1.009.579	861.057	863.730	39,0	96,8
Inversões Financeiras	124.226	53.638	94.084	174.852	281.557	43,2	(55,9)
Amortização da Dívida	979.547	804.994	859.421	804.374	727.822	82,2	34,6
<b>Reservas de Contingência</b>	<b>17.692</b>	<b>0</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL</b>	<b>16.600.467</b>	<b>11.010.645</b>	<b>14.348.143</b>	<b>12.961.887</b>	<b>11.178.936</b>	<b>66,3</b>	<b>48,5</b>

Fonte: SEFAZ/Sicof/SAF/Copaf

\* Dados até setembro/2006

Obs.: Os valores realizados em 2006 compreendem o período de janeiro a setembro.

A coluna "REALIZADO % 2006" compara a Despesa Realizada com a previsão orçamentária.

A coluna "VARIÇÃO % 2003 - 2006" considera para o ano de 2006 a previsão orçamentária.

despesas com pessoal, juros e encargos da dívida, bem como as transferências constitucionais aos municípios. Em termos percentuais, elas representaram 86,2% do total gasto pelo Governo do Estado até setembro de 2006. A composição das despesas públicas está apresentada no Gráfico 7.

As despesas de capital, que representaram 13,8% do total das despesas, são aquelas que contribuem diretamente para formação ou aquisição de bens de capital, englobando Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida.

**Pessoal e Encargos** – As despesas com Pessoal e Encargos Sociais corresponderam a 52,0 % da Receita Corrente Líquida - RCL, atendendo aos

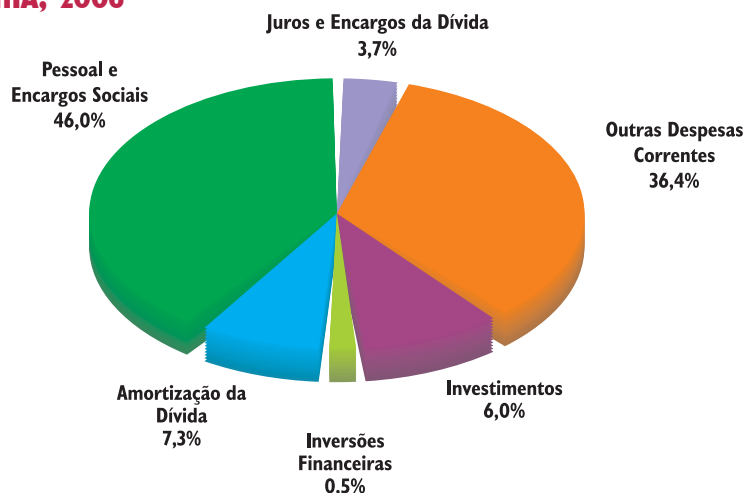
limites legais estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme demonstrado na Tabela 4.

**Evolução dos Investimentos** - Os investimentos governamentais, incluindo as inversões financeiras, de janeiro a setembro de 2006 totalizaram R\$ 717 milhões, e foram alocados em ações voltadas diretamente à melhoria da qualidade de vida da população como transporte, agricultura, saúde, saneamento, habitação e educação, conforme demonstrativo apresentado na Tabela 3.

O Estado da Bahia vem obtendo, nos últimos anos, indicadores macroeconômicos melhores que os indicadores do Brasil, em especial com relação ao crescimento do seu PIB e aos recursos destinados a investimentos públicos.

GRÁFICO 7

### COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS BAHIA, 2006



Fonte: SEFAZ/SAF/Copaf

TABELA 4

### DESPESAS DE PESSOAL x RECEITA CORRENTE LÍQUIDA BAHIA, 2003-2006

(em %)

PODER	LIMITE PRUDENCIAL	LIMITE MÁXIMO	DESPESA DE PESSOAL REALIZADA/RCL			
			2006	2005	2004	2003
Executivo	46,17	48,60	42,75	40,28	41,29	44,21
Legislativo	3,23	3,40	2,20	2,02	1,89	1,94
Judiciário	5,70	6,00	5,38	4,85	3,80	3,70
Ministério Público	1,90	2,00	1,71	1,52	1,12	1,23
<b>Total</b>	<b>57,00</b>	<b>60,00</b>	<b>52,04</b>	<b>48,67</b>	<b>48,10</b>	<b>51,08</b>

Fonte: SEFAZ/Sicof/SAF/Copaf

Obs: Percentuais em relação à Receita Corrente Líquida apurada nos últimos 12 meses.

Valores dos exercícios 2003, 2004 e 2005 apurados no último quadrimestre do ano.

RCL em 30/09/2006 = R\$ 10.894.896 mil



Em 2005, o investimento público na Bahia alcançou 1,1% do PIB baiano, percentual superior ao índice nacional que correspondeu a 0,5% do PIB. Para 2006, as estimativas apontam que o Estado mantenha o desempenho positivo alcançado nos últimos anos.

**Aplicação de Recursos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino** – Do total da Receita Líquida sobre Impostos e Transferências Constitucionais, o Governo do Estado aplicou, até setembro de 2006, o percentual de 26,7% nas despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, superando o limite constitucional mínimo previsto de 25%, conforme Tabela 5.

Cabe registrar, as dificuldades que têm sido enfrentadas nos últimos anos, no que se refere ao financiamento da educação. Em decorrência da demora na aprovação, no âmbito federal, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, que substituirá o Fundef, o Governo do Estado tem alocado um montante significativo de recursos ordinários para dar cobertura às despesas de pessoal e custeio.

Registre-se ainda, que nos últimos anos a Bahia vem aplicando mais de 28% da receita líquida de impostos, percentual bem mais elevado do que o constitucionalmente previsto.

O Governo da Bahia vem implementando, nos últimos anos, uma política de transformação social por meio da educação. A aplicação de quase R\$ 1,9 bilhão dos recursos estaduais, até o mês de setembro de 2006, correspondendo a 65% da Receita Líquida de Impostos, reflete o processo contínuo de melhoria da remuneração dos professores públicos, bem como da qualidade do ensino oferecido nas escolas públicas baianas.

**Aplicação de Recursos em Ações e Serviços de Saúde** – Os gastos governamentais com ações e serviços de saúde atingiram, até setembro de 2006, o montante de R\$ 790 milhões. Como grande parte desses dispêndios se concentra no último trimestre do ano, o Estado da Bahia deverá atender, também em 2006, ao limite constitucional mínimo de 12% da Receita Líquida sobre Impostos e Transferências.

Consideram-se despesas com ações e serviços públicos de saúde aquelas com pessoal, custeio ou investimentos, financiadas pelo Estado, relacionadas a programas finalísticos e de apoio, inclusive administrativo, que atendam a critérios específicos e que estejam alocadas em Fundo de Saúde.

A Tabela 6 apresenta o volume de recursos aplicados em ações e serviços de saúde no período 2004-2006.

**TABELA 5**

**APLICAÇÃO DE RECURSOS EM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO BAHIA, 2004-2006**

EM R\$ 1.000,00

DESCRIÇÃO	REALIZADO			LIMITE CONSTITUCIONAL
	2006*	2005	2004	
Receita Líquida de Impostos	6.934.796	8.531.091	7.679.842	
Total da despesa aplicada para fins de limite constitucional	1.854.687	2.597.242	2.245.139	25%
% Aplicado na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	26,7%	30,4%	29,2%	

Fonte: SICOF/SAF/Copaf  
(\*) Dados de janeiro a setembro

TABELA 6

### APLICAÇÃO DE RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE BAHIA, 2004-2006

EM R\$ 1.000,00

DESCRIÇÃO	REALIZADO			LIMITE CONSTITUCIONAL
	2006	2005	2004	
Receita Líquida de Impostos	6.934.796	8.531.091	7.679.842	
Total das despesas próprias com saúde	789.689	1.036.373	930.678	12%
% Aplicado nas despesas próprias de saúde	11,4%	12,1%	12,1%	

Fonte: SICOF/SAF/Copaf

**Dívida Pública** – O Governo da Bahia vem mantendo o nível de endividamento estadual dentro dos limites estabelecidos pelo Senado Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, visando a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

A Dívida Consolidada Líquida – DCL do Estado nos últimos 12 meses, até setembro de 2006, foi equivalente a R\$ 11,3 bilhões, correspondendo 1,03 vez a Receita Corrente Líquida – RCL, conforme Gráfico 8.

O Governo da Bahia vem anualmente reduzindo a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida, atendendo com boa margem o limite estabelecido pelo Senado Federal, no qual a dívida consolidada deve ser de até 2,0 vezes a RCL.

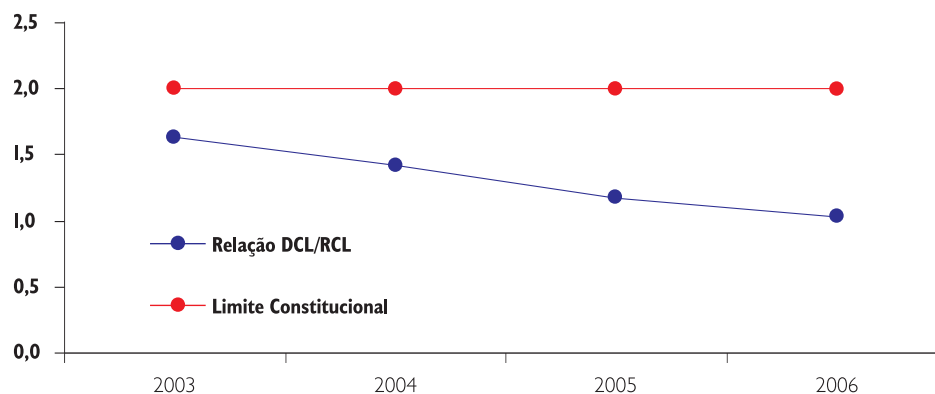
Até o mês de setembro de 2006, o dispêndio orçamentário com a dívida somou R\$ 1,2 bilhão, sendo R\$ 408,4 milhões referentes a juros e encargos e R\$ 805 milhões de amortização do principal. Atualmente a dívida total do Estado possui um prazo médio de 14,5 anos e taxa média de juros de 5,89% a.a., conforme explicitado na Tabela 7:

### Resultado Primário

O Resultado Primário demonstra a capacidade do Estado em honrar o pagamento do serviço da sua dívida. Em 2006, a Bahia obteve, até o mês de setembro, um resultado primário de R\$ 1,3 bilhão, superior em 35,9% à meta estabelecida no orçamento, que foi R\$ 954 milhões, como apresentado na Tabela 8.

GRÁFICO 8

### RELAÇÃO DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA/RCL Bahia 2003-2006 (I)



Fonte: SAF/Depat/Gepub  
Observação: Em 2006, setembro é o mês de referência.

**TABELA 7**

**EVOLUÇÃO ANUAL DE PRAZOS E TAXAS DE JUROS MÉDIOS  
BAHIA, 2000-2006**

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006*
<b>DÍVIDA EXTERNA</b>							
Prazo Médio	13,4	13,2	12,6	11,8	11,1	11,7	11,2
Juros Médios (%)	5,86	5,78	5,05	4,68	4,21	4,20	4,50
<b>DÍVIDA INTERNA</b>							
Prazo Médio	17,5	17,2	16,8	16,6	16,3	15,6	14,9
Juros Médios (%)	5,99	5,98	5,82	5,73	6,03	6,06	6,14
<b>DÍVIDA TOTAL</b>							
Prazo Médio	17,0	16,8	16,2	16,0	15,7	15,0	14,5
Juros Médios (%)	5,98	5,95	5,66	5,54	5,73	5,78	5,89

Fonte: SEFAZ/SAF/Depat/GePub

\* Em 2006, mês de referência: agosto.

Obs.: (1) Critério adotado através das médias ponderadas dos saldos devedores

(2) Prazo em anos e taxa de juros anual

**TABELA 8**

**RESULTADO PRIMÁRIO  
BAHIA, 2003-2006\***

R\$ 1.000,00

RECEITAS FISCAIS	RECEITAS REALIZADAS			
	2006	2005	2004	2003
Receitas fiscais correntes	10.885.888	13.760.196	12.395.661	10.199.220
Receitas fiscais de capital	38.527	26.544	169.085	100.876
<b>Receitas Fiscais</b>	<b>10.924.415</b>	<b>13.786.740</b>	<b>12.564.746</b>	<b>10.300.096</b>
DESPESAS FISCAIS	DESPESAS LIQUIDADAS			
	2006	2005	2004	2003
Despesas fiscais correntes	8.939.472	11.786.909	10.549.779	8.679.770
Despesas fiscais de capital	688.181	1.103.663	1.033.734	1.142.609
Reserva de contingência	-			
<b>Despesas fiscais</b>	<b>9.627.653</b>	<b>12.890.572</b>	<b>11.583.513</b>	<b>9.822.379</b>
<b>Saldos de Exercícios Anteriores</b>				<b>241.378</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO</b>	<b>1.296.762</b>	<b>896.168</b>	<b>981.233</b>	<b>719.095</b>

Fonte: SICOF/SAF/Copaf

\* Valores compreendem o período de janeiro a setembro

Vale ressaltar que a Bahia vem cumprindo todas as metas pactuadas no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal de Longo Prazo firmado com a União, êxito repetido desde 1998. Da mesma maneira, a adoção de uma gestão responsável das finanças públicas permite que o Estado permaneça enquadrado em todos os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal desde a sua promulgação, no ano de 2000.

**Modernização e Transparência  
da Gestão Fiscal do Estado**

Para cumprir a sua missão e alcançar os desafios ad-

ministrativos e financeiros do Governo do Estado, a SEFAZ estabeleceu metas por áreas de atuação, investiu em infra-estrutura e em novos equipamentos, implantou novos instrumentos de gestão e adotou um amplo programa de capacitação de pessoal. Os resultados obtidos nos últimos quatro anos consolidam o patamar de excelência técnico-administrativa alcançado pela Secretaria da Fazenda na última década através do Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros – Pnafe.

Mas as iniciativas não pararam por aí. Com a aprovação pelo Banco Interamericano de Desenvol-

vimento – BID, em abril de 2006, do empréstimo de US\$ 12 milhões para a contratação do financiamento da segunda fase do Programa de Apoio à Modernização e Transparência da Gestão Fiscal do Estado, o Promosefaz II, a Bahia inicia uma nova etapa nas ações de modernização e racionalização da gestão fiscal que vêm sendo implantadas no Estado.

Nesta segunda fase do Programa as ações serão voltadas para o fortalecimento da administração financeira e o desenvolvimento de mecanismos de controle e medição da qualidade do gasto público, modernização das estruturas organizacionais e da gestão da administração tributária, fortalecimento dos mecanismos de transparência administrativa e de comunicação com a sociedade, além da modernização da gestão de pessoal, tecnológica e da implantação de novos serviços informatizados.

O contrato prevê um aporte total de U\$ 24 milhões, sendo U\$ 12 milhões financiados diretamente pelo BID e U\$ 12 milhões restantes através de contrapartida do Tesouro estadual. O Promosefaz II está em fase inicial de sua execução, com previsão do primeiro desembolso de recursos do BID a ser efetuada ainda neste ano de 2006.

Em relação ao Promosefaz I, criado em 1997 e concluído em abril de 2006, cabe destacar que a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia executou 100% do valor financiado, no montante de US\$ 31,8 milhões, capitalizando todo o potencial do programa para que fosse possível alcançar um novo patamar de eficiência nos seus processos gerenciais.

**Eficiência Fiscal** – A modernização da administração tributária tem sido o principal alicerce para os resultados alcançados nos últimos anos pela SEFAZ. O aperfeiçoamento dos mecanismos de gerenciamento e controle, além da automação de processos, tem garantido maior eficácia ao planejamento e execução das ações fiscais coibindo a

evasão de receitas com reflexos diretos na arrecadação do Estado. As 38 mil ações fiscais realizadas até setembro de 2006, entre monitoramentos e auditorias em profundidade, resultaram em mais de R\$ 370 milhões em créditos reclamados, somando-se os valores referentes ao imposto e à aplicação de multas.

Além dos segmentos dos contribuintes que apresentaram indícios de sonegação, a programação fiscal passou a realizar, em 2006, a chamada Fiscalização em Tempo Presente. Atuando de forma preventiva para coibir a formação de passivos tributários e oscilações inesperadas na arrecadação estadual, essa fiscalização consiste no acompanhamento contínuo dos contribuintes que respondem por 80% da arrecadação do Estado.

Outra ação de destaque na área tributária foi a criação, em 2005, da **Coordenação de Fiscalização de Petróleo e Combustíveis – Copec** com o objetivo de gerenciar o segmento econômico “Petróleo e Combustíveis” (*Royalties*, Participações Especiais referentes à exploração do petróleo, Compensações Financeiras pela utilização de Recursos Hídricos e Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais), de forma a assegurar a arrecadação tributária estadual, que hoje representa cerca de 32% da arrecadação total do ICMS. Em 2006, as ações fiscais programadas para o segmento resultaram no recolhimento aos cofres públicos de R\$ 44 milhões até o mês de setembro, com perspectiva de recuperação de mais R\$ 20 milhões em créditos tributários até o final do ano.

A ênfase no controle e no gerenciamento das informações fiscais foi intensificada através do uso de tecnologias de gerenciamento de dados (*DataWarehouse*), possibilitando à área de planejamento, através da integração das várias bases de dados existentes, a avaliação dos resultados das ações fiscais de forma mais eficaz.

**Nota Fiscal Eletrônica: Mais agilidade para a fiscalização e menos burocracia para o contribuinte**

– Em abril de 2006, a Bahia e mais cinco outros estados deram início à implantação nacional do projeto piloto da Nota Fiscal Eletrônica. O projeto, que tem como objetivo alterar o sistema atual de emissão da nota fiscal em papel pela nota fiscal digital, traz como principal benefício a simplificação das obrigações acessórias dos contribuintes e permite, ao mesmo tempo, o acompanhamento em tempo real das suas operações comerciais pelo Fisco. A Nota Fiscal Eletrônica é um documento emitido e armazenado eletronicamente e a sua validade jurídica é garantida pela assinatura digital entre fornecedores e contribuintes.



**Controle Interestadual de Mercadorias em Trânsito** – A fiscalização de mercadorias em trânsito também foi alvo de um amplo projeto de modernização. Em 2006, parte das unidades móveis de fiscalização passaram a contar com o sistema de *smart-phones* substituindo os equipamentos de acesso de dados via satélite (SEFAZ-SAT), até então utilizados nas viaturas.

Com a tecnologia *General Packet Radio Service* – GPRS ou transmissão de dados por pacote, a SEFAZ dá mais um salto na modernização da fiscalização de trânsito, o que representa dizer: mais segurança no acesso ao banco de dados da SEFAZ, mais agilidade e rapidez para transferência de dados, além de representar uma economia de 70% se comparado ao custo do gerenciamento via satélite.

Outra ação de destaque foi o monitoramento eletrônico do transporte de cargas através do sistema de Passe Fiscal Interestadual, implantado em 2003 e que vem impedindo de forma mais eficaz o desvio de cargas destinadas a outros estados e coibindo a

sonegação fiscal. De janeiro a outubro de 2006, foram emitidos, na Bahia, cerca de 13 mil passes fiscais referentes a mercadorias em trânsito no território baiano destinadas a outras unidades da federação.

**Combate à Sonegação com Inteligência Fiscal**

– Dentre as ações realizadas para coibir a sonegação fiscal e a evasão de receitas, merecem destaque as ações desenvolvidas pela Inspeção de Fazendas de Investigação e Pesquisa – Infip, em conjunto com o Ministério Público, a Procuradoria Geral do Estado e outras Secretarias de Fazenda. A atuação da atividade de inteligência fiscal vem se consolidando como ação estratégica eficaz no combate e na apuração dos processos que envolvem crimes contra ordem tributária. Somente na Bahia, como resultado de uma operação conjunta com a Polícia Federal, Ministério Público e a Secretaria da Fazenda de São Paulo, foram cumpridos dez mandados de prisão e 14 mandados de busca e apreensão, envolvendo empresas fantasmas que atuavam no Estado adulterando combustíveis e sonegando impostos.

**Controle da Arrecadação, Crédito Tributário e Cobrança**

A área de arrecadação de tributos foi objeto de significativas alterações nos últimos quatro anos. Acompanhando a evolução tecnológica, a SEFAZ promoveu ampla automatização dos processos reduzindo custos operacionais, imprimindo maior segurança nos procedimentos e obtendo maior rapidez e precisão das informações.

Uma ação pioneira de destaque da área foi a implantação, em 2006, do pagamento de **tributos através do cartão de débito**. Primeiro órgão público a utilizar essa ferramenta no Brasil, essa modalidade de pagamento traz como principais benefícios a rapidez, segurança e facilidade para o contribuinte e para o Fisco, já que elimina o ma-

nuseio de dinheiro em espécie nos Postos Fiscais e unidades de arrecadação, bem como traz a comodidade para o contribuinte, que pode efetuar o pagamento através do cartão de débito 24 horas por dia, nos sete dias da semana, pois o sistema independe do horário bancário.

Além do controle da arrecadação, são relevantes as ações implantadas na área do crédito e cobrança. Em 2006 foi concluído o Sistema Integrado de Gestão da Administração Tributária – Sigat que representa um grande avanço na automação da gestão tributária estadual. A nova ferramenta possibilita ao Estado a obtenção de informações seguras e em tempo real para gerenciamento de seus créditos tributários. O novo sistema tem integração on-line com o Sistema de Informações Contábeis e Financeiras – SicoF, o que permite maior agilidade também na contabilização da Receita Tributária.

Os resultados obtidos com as operações de cobrança desenvolvidas em 2006 superaram em 131,1% a meta estabelecida para o ano, com recuperação de créditos da ordem de R\$ 306 milhões. Deve-se ressaltar que cerca de R\$ 170,4 milhões ingressaram nos cofres do estado em decorrência da Lei 10.328/06 que concedeu benefícios para pagamentos de débitos.

Apesar do inegável amadurecimento do trabalho de cobrança administrativa do crédito tributário, retratado nos indicadores de desempenho, inclusive de crédito recuperado, é clara a necessidade de maior eficácia na cobrança judicial. Mais de 75% do crédito tributário está em processo de cobrança via Poder Judiciário. Por esta razão foram incorporados ao Promosefaz II projetos voltados aos órgãos envolvidos na atividade judicial – Procuradoria Geral do Estado, Tribunal de Justiça e Ministério Público.

**Cadastro Sincronizado Nacional: Menos Burocracia e Mais Eficiência na Administração Tributária** – Outra ação de destaque na área do Crédito

Tributário foi a implantação, em 2006, do Cadastro Sincronizado Nacional, desenvolvido em parceria com a Receita Federal do Brasil. O sistema permite a inscrição única do contribuinte devido à integração de procedimentos do cadastro nos fiscais estadual e federal.

Nessa primeira etapa, as informações cadastrais dos contribuintes são acessadas pelas esferas federal e estadual, que manterão bases de dados diferenciadas, porém trabalhando em sintonia. A idéia simplificou o processo para o contribuinte, que antes necessitava se cadastrar nas três esferas de governo e hoje adquire o CNPJ e a inscrição estadual preenchendo um único formulário eletrônico.

O cadastro sincronizado tem como principais vantagens: a simplificação e padronização de obrigações acessórias dos contribuintes e a agilidade e transparência nos procedimentos de inscrição e de alteração de dados cadastrais. Permite também o tratamento mais simples para microempresas, a utilização da rede Sistema de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias e serviços – Sintegra, para troca de informações econômico-fiscais entre as três esferas de governo e a utilização da Certificação Digital para validação das transmissões cadastrais.

A primeira fase do Projeto foi implementada na Bahia em setembro de 2005, seguido do Estado de São Paulo em março de 2006. Até dezembro de 2006 outros estados brasileiros deverão estar utilizando essa ferramenta.

**Controle e Qualidade dos Gastos Públicos** - O esforço do Governo estadual no sentido de otimizar o uso dos recursos públicos tem se traduzido nas diversas ações de controle e gerenciamento dos gastos governamentais implantadas pela SEFAZ nos últimos anos.



Além da automação e do desenvolvimento de sistemas gerenciais, uma ação que merece ser destacada foi a implantação do Projeto **Compra Legal**, integrante do Sistema de Nota Fiscal Eletrônica.

Implantado em 2005, o Compra Legal tem como objetivo regular a emissão de notas fiscais destinadas a órgãos da administração direta e indireta do Estado e dos municípios baianos, além de dar mais transparência aos processos e, conseqüentemente, maior qualidade aos gastos públicos, contribuindo para fortalecer a responsabilidade fiscal no País.

O sistema permite aos gestores públicos do Estado e dos municípios baianos o efetivo acompanhamento da regularidade cadastral e fiscal dos fornecedores perante a Fazenda Estadual, através de consulta disponível na Internet, minimizando assim futuros problemas com os órgãos fiscalizadores em face do descumprimento de disposições legais. O sistema é utilizado em todas as vendas, inclusive as realizadas por microempresas, destinadas a órgãos da administração direta e indireta do estado, bem como para os órgãos das prefeituras de todos os 417 municípios da Bahia.

#### **Qualidade no Atendimento ao Contribuinte –**

Para garantir a qualidade de atendimento dos serviços prestados ao contribuinte, a SEFAZ estruturou uma área de atendimento ao público focada no conceito de excelência na prestação de serviços, integrando os canais eletrônicos (*call center*, Internet) ao tradicional canal de atendimento presencial, que também passou por profundas transformações.

Um exemplo do reconhecimento aos resultados positivos dessas ações foi o recebimento, em maio de 2006, do Prêmio de Excelência em Serviços ao Cliente 2005 – Categoria Serviços Públicos, conferido aos serviços SEFAZ *Call Center* e FaleConosco (da Internet) pela Revista Consumidor Moderno.

No site [www.sefaz.ba.gov.br](http://www.sefaz.ba.gov.br), o contribuinte dispõe de 99 serviços, agrupados de forma a facilitar a sua utilização pelo universo diversificado que compõe o usuário final dos serviços SEFAZ – pessoas, físicas ou jurídicas, tanto da área tributária (por contribuintes, contadores, dentre outros) quanto da área financeira (a exemplo de outros órgãos públicos ou da sociedade civil).

De janeiro a setembro de 2006, o site recebeu cerca de 7,4 milhões de visitas e a área responsável pelo seu gerenciamento – o *webmaster* – respondeu mais de 14 mil mensagens via *e-mail*, sendo que mais de 90% delas em até 48 horas. A plena utilização dos serviços via *web* é demonstrada pelo total de serviços prestados aos usuários finais através do site. Entre janeiro e setembro de 2006, foram gerados mais de 1,6 milhão de Documentos de Arrecadação Estadual – Dae, com código de barras, recebidas aproximadamente 25 mil solicitações de inscrição estadual e emitidas 245 mil certidões negativas.

Em 2006, o *Call Center* SEFAZ recebeu cerca de 290 mil ligações para consultas, solicitações e denúncias, sendo que 133 mil foram resolvidas através da Unidade de Resposta Audível – URA.

**Tecnologia da Informação –** Para garantir a qualidade dos serviços prestados ao contribuinte, a Secretaria da Fazenda investiu maciçamente em Tecnologia da Informação como ferramenta primordial de suporte ao seu processo de modernização, o qual teve por base o redesenho dos processos, e levou à internet a quase totalidade dos serviços antes demandados pelos contribuintes nas unidades fazendárias em todo o Estado.

Esses investimentos e ações efetivas colocaram a SEFAZ/Bahia como referência entre as secretarias estaduais de fazenda brasileiras e deram a estrutura necessária para o desenvolvimento e a implantação

de sistemas de maior impacto social, ou voltados ao usuário final e às atividades fins, especialmente os serviços eletrônicos ambientados na Internet.

Em 2006 a tecnologia começou a ser usada também como ferramenta para a área de treinamento e capacitação. A **Universidade Corporativa do Serviço Público – UCS**, Unidade SEFAZ, criada em 2005, iniciou treinamentos utilizando um *software* aberto para disponibilizar programas de ensino a distância - EAD.

Além disso, novos equipamentos foram adquiridos ampliando e fortalecendo a rede local SEFAZ e garantindo melhor performance aos serviços da Secretaria da Fazenda.

## EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA – ICMS PELA CIDADANIA

Instituído em janeiro de 1999, o **Programa de Educação Tributária do Estado da Bahia – PET/Ba**, seguindo as diretrizes do **Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF**, visa conscientizar o cidadão sobre a função social dos impostos, despertando para a importância de se exigir a nota/cupom fiscal e estimulando o acompanhamento da aplicação dos recursos públicos.

Nesses oito anos de sucesso, o PET-Ba, consolidou um modelo próprio apoiado em quatro projetos: Sua Nota é um Show, Sua Nota é um Show de Solidariedade, Faz Universitário e Educação Fiscal nas Escolas.

## Sua Nota é Um Show

O projeto Sua Nota é Um Show utiliza a linguagem dos elementos centrais da cultura baiana como: música e futebol alcançando um grande público de consumidor-cidadão, além de apoiar atividades artístico-cultural e desportiva, e a aquisição de livros por alunos da rede pública.

O impacto dessa ação é o estímulo à emissão de nota ou cupom fiscal, transmitindo à população a idéia de que não basta pagar imposto, é preciso garantir que ele será repassado pelo comerciante ao Estado, para que este possa realizar suas funções essenciais.

Desde a sua criação em 1999, foram arrecadadas 87,1 milhões de notas e/ou cupons fiscais, 935 jogos de futebol para um público de 5,3 milhões de torcedores, 230 shows para 1,2 milhão de espectadores que desfrutaram de nomes como: Caetano Veloso, Maria Bethânia, Flávio José, Dominginhos, Elba Ramalho, Margareth Menezes e Gal Costa, entre outros. O desempenho do projeto em 2006 encontra-se detalhado na Tabela 9.

## Sua Nota é Um Show de Solidariedade

Nestes oito anos desde a sua implantação, o projeto Sua Nota é um Show de Solidariedade mobilizou grande parte da população, que, através da doação de notas e cupons fiscais beneficiou centenas de ONGs e entidades filantrópicas, nas áreas social, da educação e da saúde.

TABELA 9

### SUA NOTA É UM SHOW - RESULTADOS BAHIA, 2006 (\*)

EVENTO	QUANTIDADE	PÚBLICO	NOTAS E/OU CUPONS ARRECADADOS
Show	19	99.760	997.600
Campeonato Baiano de Futebol 1ª divisão	162	851.269	8.512.690
Campeonato Baiano de Futebol 2ª divisão	21	63.000	630.000
Campeonato Brasileiro de Futebol Série C	28	242.847	2.428.470
<b>TOTAL</b>	<b>230</b>	<b>1.256.876</b>	<b>12.568.760</b>

Fonte: SEFAZ  
(\*) dados até outubro



Jorge de Jesus

Sua Nota é um Show

Além de incentivar a exigência da nota ou cupom fiscal no ato da compra por parte do consumidor, o resultado foi a melhoria da infra-estrutura das instituições participantes do projeto com a aquisição de equipamentos e materiais permanentes, realização de obras, reformas e ampliações de instalações, compras de bens duráveis e de consumo compatíveis com as suas atividades.

Desde o início até agora foram arrecadados mais de 1 bilhão de notas e/ou cupons fiscais em 21 etapas de apuração da Campanha, mais de 1.200 instituições sociais, ensino e atenção à saúde foram beneficiadas em 171 municípios, sendo distribuído mais de R\$ 55,7 milhões em prêmio. O resultado no ano de 2006 é demonstrado na tabela 10.

**Na área de saúde destaca-se: ativação de cinco leitos na Santa Casa de Misericórdia de Miguel Calmon, 30 leitos na Santa Casa de Misericórdia de Feira de Santana e oito leitos pediátricos na Santa de Casa de Misericórdia de Esplanada**

### Faz Universitário

O Faz Universitário visa subsidiar cursos de formação superior para alunos da rede pública, por meio da concessão de bolsas de estudo integrais em faculdades particulares da Bahia e com isso promover a inclusão social desses jovens carentes.

Resultado da parceria do Governo do Estado, através das Secretarias da Fazenda e da Educação, de empresas contribuintes do ICMS, universidades e faculdades particulares da Bahia, o Faz Universitário, no quadriênio 2003-2006, concedeu 3.703 bolsas, beneficiando alunos matriculados em instituições de ensino superior.



SEFAZ

Faz Universitário

TABELA 10

### SUA NOTA É UM SHOW DE SOLIDARIEDADE - RESULTADOS BAHIA, 2006 (\*)

ETAPA	MUNICÍPIOS	INSTITUIÇÕES CLASSIFICADAS	NOTAS E/OU CUPONS ARRECADADOS	PREMIAÇÃO DISTRIBUÍDA (R\$ 1.000,00)
9ª	165	527	42.938	2.678
10ª	171	564	46.704	2.728
<b>TOTAL</b>	-	-	<b>89.642</b>	<b>5.406</b>

Fonte: SEFAZ  
(\*) dados até outubro

## Educação Fiscal nas Escolas

O projeto Educação Fiscal nas Escolas objetiva contribuir com a formação dos jovens estudantes sobre a função sócio-econômica dos tributos e incentivar o desenvolvimento da cidadania plena.

O impacto dessa ação é a apresentação e discussão em sala de aula de temas como: a Relação Estado e a Sociedade, Bem Público, os Tributos e a Gestão democrática dos Recursos Públicos de forma integrada às disciplinas regulares. Para isso foi elaborada a Coleção de livros de educação fiscal para professores e capacitados: 76 disseminadores, 26 Tutores, 566 professores para trabalhar com o universo de 31 mil alunos em dez escolas da rede pública do ensino médio de Salvador.

Em 2006 foram capacitados 340 professores do ensino médio das principais escolas públicas de Salvador e realizados seminários de Educação Fiscal nas Escolas para tratar deste tema e da sua aplicação em sala de aula.

## CARTEIRA DE FINANCIAMENTO EXTERNO E INTERNO

O Governo do Estado, entre 2003 e 2006, aplicou US\$ 1,5 bilhão de uma carteira de financiamento externo, incluindo a contrapartida estadual, no montante de US\$ 2 bilhões, equivalentes a R\$ 4,3<sup>1</sup> bilhões (Tabela 11). Em 2006, até 10 de outubro, foram aplicados US\$ 107,7 milhões, correspondentes a R\$ 229,6 milhões. No quadriênio, a carteira, com 19 projetos, garantiu recursos para a execução de importantes programas de desenvolvimento econômico e social, nas áreas urbana e rural, sendo sete já concluídos e 12 em execução. Dos recursos aplicados, 63,3%, ou seja, US\$ 959,9 milhões,

foram aplicados em ações de habitação, desenvolvimento urbano, turismo, meio ambiente e recursos hídricos, através de cinco programas: Viver Melhor II, Produr, Prodetur, BTS e PGRH, conforme apresenta a Tabela 12. Os 36,7% restantes foram distribuídos em programas de educação, saúde, segurança pública, infra-estrutura de transportes e em programas de combate a pobreza no interior do Estado.

O Governo do Estado aplicou, de janeiro até 10 de outubro de 2006, o montante de R\$ 101,8 milhões, dos quais R\$ 28,7 milhões oriundos do Tesouro Estadual, de uma carteira de financiamento interno que totaliza R\$ 619,6 milhões – R\$ 513 milhões de financiamento e R\$ 106,6 milhões de contrapartida – financiados pela Caixa Econômica Federal – CEF, Orçamento Geral da União – OGU e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, conforme demonstrado na Tabela 13.

Do total de recursos da carteira, R\$ 538,9 milhões referem-se a projetos em execução e R\$ 80,6 milhões a projetos em negociação. Vale ressaltar que ainda estão em execução os projetos Pró-Moradia e Pró-Saneamento, contratados em 2002 através da CEF, com um total de R\$ 217 milhões, bem como o Habitar Brasil/BID – Alagados IV e V (1ª etapa) – Repasse também através da CEF. Estes investimentos serão aplicados nas áreas de habitação, saneamento básico e recuperação de monumentos históricos.

A captação de recursos internos destina-se:

- A contribuir para elevar os padrões de habitabilidade e de qualidade de vida de pessoas que residem em assentamentos subnormais em Salvador e RMS, o Programa Habitar-BRASIL/BID é financiado com recursos do Orçamento Geral da União e do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

(1) Câmbio de R\$ 2,14



to, com contrapartida dos estados. Os recursos estão sendo aplicados na área do Ribeira Azul, especialmente nas localidades de Alagados IV, V e VI;

- A contrapartida do Programa Viver Melhor II através do contrato com o Ministério das Cidades para contratação do Programa Urbanização e Regularização de Assentamentos Precários;
- Revitalização do Centro Histórico de Salvador, com o Programa Rememorar II. Serão recuperados 37 casarões que se encontram em estado avançado de arruinamento, os quais serão transformados em 220 unidades de apartamentos para serem comercializados no Programa Habitacional do Servidor Público. Os recursos envolvidos são da ordem de R\$ 12 milhões, disponibilizados através do Plano de Arrendamento Residencial – PAR, da Caixa Econômica Federal, e do Mecenato, através da Lei Rouanet do Ministério da Cultura. O Estado participa financeiramente com as despesas para regularização fundiária, pagamento das desapropriações, e pagamento dos projetos;
- Obras do sistema de esgotamento sanitário pertencentes ao contrato de colaboração financeira não reembolsável entre o Governo do Estado e o BNDES nos municípios de Araci, Barrocas, Biritinga, Santa Luz, Serrinha e Teofilândia;
- A recuperação dos Fortes de São Marcelo, São Paulo da Gamboa e do Barbalho será feita através do Mecenato - Lei Rouanet do Ministério da Cultura. A Caixa Econômica Federal será o agente financeiro, e a ONG Moradia e Cidadania a responsável pela captação dos recursos junto aos mecenas. O projeto do Forte do Barbalho já foi aprovado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico – Iphan, e

aguarda autorização do Ministério da Cultura para a captação dos recursos. Os projetos dos Fortes São Marcelo e São Paulo da Gamboa encontram-se em análise no Iphan;

- O pleito para obtenção de recursos destinados à execução do Projeto de Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas, elaborado em conjunto pela Secretaria do Planejamento - SEPLAN e a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - Conder, foi dirigido à Fundação Nacional de Saúde - Funasa e está dividido em duas etapas, com um total de investimentos de R\$ 44,6 milhões sendo que cerca de 30% será de contrapartida do Governo do Estado. Serão beneficiadas cerca de 5.837 famílias em 21 municípios; e
- Através da Resolução nº 460 - um Programa do Governo Federal, via Caixa Econômica Federal, com recursos do FGTS, voltado para financiamento na área de habitação popular - estão sendo captados recursos para as áreas do Programa Ribeira Azul, em Alagados IV, V e VI, com o propósito de substituir as casas de madeira por alvenaria.

Artur Iwashima

#### Projeto Rememorar



TABELA II

CARTEIRA DE PROJETOS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS  
BAHIA, 2003-2006(\*)

PROJETO	AGENTE	DATA DA ASSINATURA	VIGÊNCIA	VALOR GLOBAL DO FINANCIAMENTO (US\$ 1.000,00)	VALOR DA CONTRAPARTIDA (US\$ 1.000,00)	VALOR TOTAL (US\$ 1.000,00)
<b>Concluído</b>				<b>697.280</b>	<b>457.800</b>	<b>1.155.080</b>
Projeto de Educação do Estado da Bahia – Fase I (2003)	Bird	fev/01	jun/03	69.600	46.423	116.023
Desenvolvimento Urbano-Regional – Produr (2004)	Bird	jun/97	mar/04	100.000	45.769	145.769
Saneamento Ambiental da Baía de Todos os Santos (2004)	BID	ago/96	jun/04	264.000	186.527	450.527
Gerenciamento de Recursos Hídricos – PGRH (2005)	Bird	mar/98	set/05	51.000	34.000	85.000
Programa. de Combate à Pobreza no Interior Estado da Bahia - Produzir II – Fase I (2005)	Bird	jan/02	jun/05	54.350	19.505	73.855
Desenvolvimento Turístico do NE – Prodetur/BA I (2005)	BID	dez/94	jun/05	140.000	108.404	248.404
Desenvolvimento do Rio Gavião	Fida	ago/96	dez/05	18.330	17.172	35.502
<b>Em Execução</b>				<b>557.646</b>	<b>307.330</b>	<b>864.976</b>
Reorganização do Sistema Estadual de Saúde	Bird	ago/03	set/07	30.000	20.000	50.000
Projeto de Educação do Estado da Bahia - Fase II	Bird	dez/03	jun/06	60.000	40.000	100.000
Integração Corredores Rodoviários – PCR - II	BID	dez/99	dez/06	146.000	98.000	244.000
Desenvolvimento Turístico do NE – Prodetur/BA IIBID	BID	dez/04	dez/07	39.000	26.000	65.000
Modernização e Racionalização da Administração Tributária Estadual	BID	set/97	abr/06	15.000	21.149	36.149
Modernização do Sistema de Segurança Pública	Expansion	set/05	jun/07	70.000	-	70.000
Programa de Combate à Pobreza no Interior do Estado da Bahia – Produzir II - Fase II	Bird	dez/05	jan/10	54.350	20.650	75.000
Viver Melhor II - Fase I	Bird	abr/06	jan/11	49.296	32.864	82.160
Fortalecimento da Atividade Empresarial	BID	jul/06	jul/09	10.000	6.667	16.667
Projeto de Modernização da Gestão Fiscal Estadual	BID	jul/06	jul/10	12.000	12.000	24.000
Projeto de Desenvolvimento de Comunidades Rurais - Prodecar	Fida	jul/06	nov/12	30.000	30.000	60.000
Transporte Urbanos de Salvador - Metrô	BB	jun/06	dez/08	42.000	-	42.000
<b>Em Negociação</b>				<b>131.000</b>	<b>106.600</b>	<b>237.600</b>
Programa de Restauração e Manutenção de Rodovias no Estado da Bahia - Premar	Bird	-	-	100.000	86.000	186.000
Programa de Gerenciamento de Recursos Hídricos – PGRH II, Fase I	Bird	-	-	21.000	14.000	35.000
Programa de Desenvolvimento Ambiental – Águas da Bahia	BID	-	-	10.000	6.600	16.600
<b>TOTAL</b>				<b>1.385.926</b>	<b>871.730</b>	<b>2.257.656</b>

Fonte: SEPLAN/SPF/Diretoria de Operações de Cooperação Financeira Externa  
(\*) Obs: Posição em 10/10/2006



**TABELA 12**

**CARTEIRA DE FINANCIAMENTO EXTERNO – POR ÁREA DE APLICAÇÃO  
BAHIA, 2003-2006**

ÁREA	PROJETOS BENEFICIADOS	RECURSOS APLICADOS (US\$ MILHÕES)	PARTICIPAÇÃO %
Desenvolvimento Urbano e Regional	Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste – Prodetur I e II, Programa de Desenvolvimento Urbano Regional – Produz e Viver Melhor II (Fase I)	425,6	28,1
Meio Ambiente	Programa Saneamento Ambiental da Baía de Todos os Santos – BTS e Programa de Gerenciamento de Recursos Hídricos – PGRH	534,3	35,2
Social	Projeto de Educação da Bahia (Fases I e II), Saúde Bahia e Modernização da Segurança Pública e o Programa de Fortalecimento da Atividade Empresarial	213,0	14,0
Infra-Estrutura de Transportes(*)	Programa Corredores Rodoviários II	165,0	10,9
Desenvolvimento Rural	Programa de Desenvolvimento do Rio Gavião, Programa de Combate a Pobreza no Interior do Estado da Bahia – Produzir II (Fases I e II) e Programa de Desenvolvimento de Comunidades Rurais nas Áreas mais Carentes do Estado da Bahia – Prodecarr	143,0	9,4
Desenvolvimento Institucional	Programa de Modernização e Racionalização da Administração Tributária – Promosefaz I, Projeto de Modernização da Gestão Fiscal Estadual – Promosefaz II	36,1	2,4
<b>TOTAL</b>		<b>1.517,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: SEPLAN/SPF

Obs: Posição em 10/10/2006

(\*) Em novembro de 2006 foram aplicados US\$ 4,3 milhões para a aquisição dos três do Metrô.



Antônio Benites

Carteira de Financiamento – Prodetur

TABELA 13

CARTEIRA DE PROJETOS FINANCIADOS COM RECURSOS INTERNOS  
BAHIA, 2006

PROGRAMA/MODALIDADE	AGENTE FINANCEIRO	ANO DO CONTRATO	VALOR DO PROJETO (R\$ MIL)		
			FINANCIA MENTO	CONTRA PARTIDA	TOTAL
<b>Em Execução</b>			<b>452.070</b>	<b>86.867</b>	<b>538.937</b>
<b>EMPRÉSTIMO</b>			<b>396.531</b>	<b>63.497</b>	<b>460.028</b>
Pró-Moradia	CEF	2002	50.897	14.356	65.253
Pró-Saneamento	CEF	2002	115.635	21.369	137.004
Pró-Moradia	CEF	2004	70.035	7.781	77.816
Pró-Saneamento	CEF	2004	159.964	19.991	179.955
<b>REPASSE*</b>			<b>55.539</b>	<b>23.370</b>	<b>78.909</b>
Habitar Brasil/BID- Alagados IV e V (1ª etapa)	CEF	2001	11.218	3.970	15.188
Saúde e Cidadania II	BNDES	2004	6.500	2.500	9.000
Habitar Brasil/BID IV e V (2ª etapa)	CEF	2004	9.966	4.661	14.627
Habitar-Brasil/BID –Alagados VI	CEF	2004	11.771	3.590	15.361
Ministério da Saúde/Funasa – Saneamento	OGU/BB	2004	9.121	912	10.033
Habitar Brasil - Alagados / Mangueira **	CEF	2006	3.763	6.737	10.500
Resolução 460 (complem. Alagados IV e V)	CEF	2006	3.200	1.000	4.200
<b>Em Negociação</b>			<b>60.923</b>	<b>19.702</b>	<b>80.625</b>
<b>REPASSE*</b>			<b>60.923</b>	<b>19.702</b>	<b>80.625</b>
Recuperação dos Fortes	Min. da Cultura	2006	18.743	3.308	22.051
Min. Saúde - FUNASA - Cont. Doença de Chagas**	OGU/BB	2007	31.230	13.384	44.614
Resolução 460 (complem. Alagados VI)	CEF	2007	1.350	610	1.960
Rememorar II	CEF	2006	9.600	2.400	12.000
<b>TOTAL</b>			<b>512.993</b>	<b>106.569</b>	<b>619.562</b>

Fonte: Captação de Recursos Internos/SEPLAN

\* A Fundo Perdido

\*\* Contrapartida financiada pelo BIRD e de recursos do Governo Estado

PROGRAMA DE PARCERIAS  
PÚBLICO-PRIVADAS

O programa baiano de **Parcerias Público Privadas – PPP**, instituído em dezembro de 2004, mostrou-se pioneiro no cenário nacional e já contabiliza os primeiros resultados. Encontra-se em fase final a licitação para o primeiro projeto de parceria público privada do Estado: a construção e manutenção do **Sistema de Disposição Oceânica do Jaguaribe – SDO**.

Previsto para funcionar a partir de 2008, o SDO é a continuação do programa Bahia Azul e será importante para aperfeiçoar e ampliar a estrutura da rede de esgotamento sanitário da cidade de Salvador. Orçado em R\$ 160 milhões, o SDO contemplará a construção de uma estação de condicionamento prévio situada na Avenida Jorge Amado, no bairro da Boca do Rio, e a construção de um emissário com 5,1 km de extensão, sendo 1,5 km terrestres, totalmente subterrâneos,

e 3,6 km submarinos. Além do emissário, que atenderá a uma população de aproximadamente 2 milhões de habitantes, também estão previstas: a construção de uma Estação de Condicionamento Prévio e a amplia-

ção de uma Estação Elevatória. O projeto, estruturado numa sólida modelagem, garante ao empresário, através de recebíveis da Embasa, o pagamento do contrato ao longo dos 18 anos de concessão.

### Projeto PPP: Sistema de Disposição Oceânica do Jaguaribe-SDO

#### Intervenções Previstas:



Ampliação da Estação Elevatória do Saboeiro

Ampliação Linha de Recalque

Estação de Condicionamento Prévio – ECP

Emissário Submarino



Orla marítima de Salvador

Agecom



Além da licitação do SDO, já se encontra em fase de publicação, o edital de concorrência pública com o objetivo de selecionar a empresa que vai fazer a modelagem econômica e financeira e realizar os estudos da viabilidade do segundo projeto de PPP na Bahia: a construção de três presídios, um na Região Metropolitana de Salvador e dois no interior do Estado.

Na área de transportes, o programa prevê a duplicação, através de PPP, de 105 km da rodovia BA-093, elo entre a BR-324 e a BR-101 que corta o Pólo Petroquímico de Camaçari, sendo 23,3 Km de duplicação e 64,7km de restauração.

### Projeto: Sistema Penitenciário



#### 1 Unidade prisional na capital

Vagas prisionais	800
Custo da construção	R\$ 25,2 milhões
Operação anual da unidade	R\$ 11,5 milhões

#### 2 Unidade prisional no interior

Vagas prisionais	1.600
Custo da construção	R\$ 50,4 milhões
Operação anual da unidade	R\$ 23.0 milhões

### Projeto PPP: Duplicação da BA-093 Investimento de R\$ 118 milhões



#### Extensão:

105 Km

#### Obras:

Duplicação: Entroncamento da BR 324 - Dias D'Ávila - 23,3 Km;

Restauração: de Pojuca - Entroncamento BR 101 - 64,7 Km

#### Investimento:

R\$ 118 milhões